

Os vereadores **Francisco Carlos Cabrini e Lucineia de Jesus Ferreira de Lima**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe:

PROJETO DE LEI Nº 22/2018

SÚMULA: Dispõe sobre diretrizes de atendimento preferencial; a inclusão do símbolo mundial do Transtorno do espectro autista — TEA nas placas de atendimento preferencial e cria a carteira de identificação para autistas".

- **Art. 1º** As pessoas com Transtorno do Espectro Autista TEA ficam amparadas com atendimento prioritário em todas as repartições públicas e nos estabelecimentos privados no município de Araucária.
 - § 1° Entende-se por estabelecimentos privados:
 - I supermercados;
 - II bancos;
 - III farmácias:
 - IV bares;
 - V restaurantes;
 - VI lojas em geral; e
 - VII similares
- § 2º O atendimento deverá ser realizado mediante a apresentação da Carteira de Identificação do Autista.
- **Art. 2º** Os estabelecimentos públicos e privados localizados no município de Araucária, ficam obrigados a inserir nas placas, indicativos ou sinalizações de prioridade, o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro de Autista, conforme anexo único.
- **Art. 3º** Compete ainda, ao órgão municipal responsável:



- I Viabilizar estudos para a criação e implantação da carteira de identificação para autistas;
- II Estabelecer sansões e multas a serem aplicação para os estabelecimentos que não cumprirem a presente lei;

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

ANEXO ÚNICO



Câmara Municipal de Araucária 27 de março de 2018.

Francisco Carlos Cabrini VEREADOR Lucineia de Jesus Ferreira de Lima VEREADORA



JUSTIFICATIVA

A palavra "autismo", deriva do grego "autos" que significa voltar-se a si, tornandose alheio ao mundo social, fechando-se em seu mundo. É uma condição do
neurodesenvolvimento, caracterizada por deficit na comunicação, interação social e
também por comportamentos repetitivos e estereotipados. Antes dos três anos de vida já
podem ser observados alguns sinais, como alterações no sono, aversão ao contato físico,
dificuldade de olhar nos olhos, não responder quando chamado pelo nome, não imitar
gestos (como bater palmas, acenar ao se despedir), dificuldade de interação com crianças,
entre outros. Estudos ainda não concretizaram as causas deste transtorno, contudo o número
de casos só aumenta com o passar do tempo.

Em Araucária, segundo a Coordenadora do Centro de Reabilitação e Serviço de Saúde Especial, Silvia Dias Caldas, há uma estimativa de 196 pessoas sendo atendidas pela rede SUS, lembrando que este número não está considerando as pessoas que fazem acompanhamento em serviços do setor privado.

Segundo a Lei Federal nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. No artigo 1º, paragrafo 2º, é assegurado:

Art. 1º – Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para a sua consecução.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.



O portador de autismo é considerado uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, diante do fato do qual necessita de cuidados especiais para desfrutar dos Princípios Constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e Cidadania.

A peculiaridade, para o cumprimento dessa Lei, reside no fato de que as pessoas com o espectro autista não possuem traços físicos atípicos que possam identificá-los como tal, seu estereótipo é normal, o que dificulta de usufruírem dos beneficios garantidos. No entanto, atividades tão corriqueiras para pessoas comuns como: pagar uma conta, fazer uma compra ou achar uma vaga de estacionamento, muitas vezes são grandes desafios para os autistas e familiares que os acompanham, isso porque, essas pessoas possuem uma hipersensibilidade sensorial a fatores ambientais como: barulho, aglomeração de pessoas ou até mesmo espera de atendimento, que acabam gerando um desconforto muito grande e provocando crises que colaboram para a piora do seu quadro clínico. Mas não sendo identificado como portador de deficiência, não consegue atendimento preferencial.

A carteira de identificação contendo dados pessoais e o CID, facilitará a identificação imediata do portador de TEA e dará garantia do atendimento adequado, uma vez comprovada a necessidade. Essa medida representa uma grande evolução no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida social aos autistas, mas é necessário também conscientizar e informar as pessoas a respeito desta questão, uma vez que a falta de informação é fomentador do preconceito. Concordante a isso, temos o relato de Sandra Prado, mãe de um portador de espectro autista:

"O TEA é uma deficiência neurológica, não física, portanto não é visível, as mães passam discriminação nas filas de atendimento preferencial a que tem direito, tanto o símbolo do autismo como a carteirinha se faz necessária, para evitar



a demora, que pode vir a causar até uma convulsão no indivíduo com autismo." Sandra Prado.

Outro beneficio decorrente da emissão da carteira de identificação será o controle e os dados fidedignos sobre a quantidade de pessoas com TEA em nosso município.

Segundo a Lei Federal nº 12.764/2012 Art. 2º inciso VI, é responsabilidade do poder público as informações relativas ao trastorno e suas implicações. Concomitantemente com o Art. 2º, inciso V e Art. 3º da Lei Municipal nº 2820/2015 é indispensável que seja promovida a conscientização da sociedade acerca da existência do autismo, motivando assim, o respeito e o acolhimento aquedado, sem serem submetidos ao tratamento desumano ou degradante, não sendo privados de sua liberdade ou do convívio familiar e sem sofrerem discriminação por motivo da deficiência. Por isso, faz-se necessária a inclusão do símbolo (Fita quebra-cabeça) do espectro autista nas placas, sinalizações e indicativos de prioridade.

Essa Lei, será também um mecanismo de conscientização da população sobre a condição referida, uma vez que muitos familiares e acompanhantes desconhecem o direito de integrarem filas, vagas e locais preferenciais.

É importante ressaltar, que a inclusão do símbolo já é realidade em vários municípios do Brasil, como Manaus (AM), Guarujá (SP), São José dos Pinhais (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Branco (AC), entre outros. Já a carteira de identificação do autista, foi implantada em São José dos Pinhais (PR), Maringá (PR), Londrina (PR), no estado de Goiás e um Projeto de Lei está em trâmite na Câmara Municipal de Curitiba sobre a criação da carteira no município, conforme as leis e reportagens apresentadas em anexo.



Nesse sentido, o presente Projeto de lei, se aprovado, representará um avanço significativo para as pessoas da nossa cidade que convivem com as peculiaridades desta condição.



ANEXOS

| O Poder Executivo, no que coukter, regulamentará a presente tel. |
|---|
| (art 28) O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Lei. |
| |
| Art.31 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |
| Manaus, 10 de janeiro de 2018. |
| ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO Prefeito de Manaus |
| AKTIJUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO Secretário Municipal Chefe da Casa Civil |
| Download: Anexo - Lel nº 2296/2018 - Manaus-AM (www.leismunic.pals.com.br/AMMANAUS/ANEXO-Et-2296-2018-MAN |
| |
| Data de Inserção no Sistema Lebislanicipois: 12012/018 |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| https://leismunicipals.com.br/alam/nt/manaus/lei-ordinaria/2018/230/2286lei-ordinaria-n-2298-2018-obriga-os-estabelecimentos-publicos-e-privados-localiza- |
| LEI Nº 2296, DE 10 DE JANEIRO DE 2018 LEI Nº 2296, DE 10 DE JANEIRO DE 2018 OBBIGA os estabelecimentos públicos e privados localizados no município a inserir, nas placas de atendimento prioritário, o simbolo municial do Autismo, bem como, nas placas indicativas de vagas preferenciais em estacionamentos e garagens, mensagens educativas. O PRETETIO DE MANAUS, no uso das aribuleira que he são conferênse pelo ert. 80, inc. 1/4 de Lal Diribida do Autismo, bem como, nas placas en estacionamentos e garagens, mensagens educativas. (A |

Lei nº 2296, de 10 de Janeiro de 2018: Obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no município de Manaus, a inserir nas placas de atendimento prioritário, o símbolo mundial do Autismo.



| https://leismuni | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 26/03/2018 |
|---|---|--|------------------|------------------------|-------------------|-------------|------------------|-------------|--------------------|--|---|--|--|---|----------------------|--|--|---|--|---|---------------------------------------|
| https://leismunicipais.com.br/a/sp/gyuarujatei-ordinaria/2017/438/4376/lei-ordinaria-n-4376-2017-obriga-os-estabelecimentos-publicos-e-privados-no-munici | [An. 27] O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação. | § 2º Os estabelecimentos que não cumprirem a presente Lei sofrerão sanções e multas a serem regulamentadas pelo Poder Executivo. | VII - similares. | VI - lojas em geral; e | V - restaurantes; | IV - bares; | III - farmácias; | II- bancos; | 1 - supermercados; | § 1º Entende-se por estabelecimentos privados: | An. 19 Sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, os estabelecimentos públicos e privados do Município ficam obrigados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, conforme anexo. | VÁLTER SUMAN. Prefeito Municipal de Guarujá: faço saber que a Cámara Municipal decretou em Sessão Ordinária, realizada no dia 14 de março de 2017, e eu sanciono e promulgo o seguinte: | (Projeto de Lei nº 2/1/ULI) (Vereador Fernando Martins dos Santos) | וייייייייייייייייייייייייייייייייייייי | providencias." | nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras | "Obriga os estabelecimentos públicos e privados no Município de Guarujá a inserir | LEI Nº 4.376/2017 | www.LeisMunicipals.com.br | | Lei Ordinária 4376 2017 de Guarujá SP |
| https://leismun | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 26/03/2018 |
| https://leismunicipals.com.br/a/sp/g/guaruja/lei-ordinaria/2017/438/4376/lei-ordinaria-n-4376-2017-obriga-os-estabelecimentos-publicos-a-privados-no-r | | | | | | £ | | | | | Data de Inserção no Sistema LebiMunicípois 08/02/2018 | | O anexo ercontra-se disponível, ainda, no Paço Municipal | Renata Disaró Lacerda Pront. nº 11.130, que a digitei e assino | "GAB", EM 07:04.2017 | | PROC. nº 9943/98/2017. | Prefetura Municipal de Guarujá, em 07 de abril de 2017. | (An. ar) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. | $\overline{(M-M)}$ As despesas decorrentes da execução desta Lei correião por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. | Lei Ordinária 4376 2017 de Guerujá SP |

Lei nº 4.376/2017: Obriga os estabelecimentos públicos e privados no Município de Guarujá a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do Autismo.



| https://leismunicipais.con | | | | | | | | | | | | | | 3 | | | | | | 26/03/2018 |
|---|---|---|------------------|---|--|---------------|----------------------|-------------------|---------------|------------------|------------|--------------------|--|---|---|---|--|---|--|--|
| https://leismunicipals.com.br/a/pr/sisao-jose-dos-pinhais ie-cotinaria/2017/2022817/iei-crotinaria-n-2817-2017-chriga-os-estabelecimentos-privados-e-public | Art. 59 Revogam-se as disposições em contrário. | Art.40 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. | (Art. 38) VETADO | Parágrafo único. A dimensão da simbologia do transtorno espectro autista a ser incluso nas placas de atendimento prioritário deserá seguir o padrão dos símbolos preferenciais existentes no estabelecimento, conforme Lei nº 1.0.048/2000 e Decreto \$.296/2004. | (xe. ze) O símbolo mundial do transtorno espectro autista que se refere o art. 1º encontra-se no anexo i desta lei. | VII - VETADO; | VI - Lojas em geral; | V - Restaurantes; | IV - VETADO;m | III - Farmācias) | II-Bancos; | I - Supermercados; | § 1º Entende-se por estabelecimentos privados: | [a.t.±] Os estabelecimentos Privados e Públicos do Município de Slo José dos Pínhais ficam obrigados a Inserir o símbolo mundial da conscientitação do Transtorno Espectro Autista nas placas de atendimento prioritário e dar atendimento a estes. | A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Parans, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: | Autor: Projeto de Lei nº 25/2017, de autoría do Vereador Silvio Santo | Obriga os Estabelecimentos Privados e Públicos do Município de São José dos Pinhais a inserir nas placas de atendimento prioritário o Símbolo Mundial do Autismo e dá outras providências. | LEI Nº 2817, DE 18 DE MAIO DE 2017. | Www.Leis/Municipalis.com.br | Lei Ordinária 2817 2017 de São José dos Pinhais PR |
| os-e-publici | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| https://leismunicipa | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 26/03/2018 |
| https://leismuniopais.com.br/a/pr/skao-jose-dos-pinhas/lei-ordinaria/2017/28272817/lei-ordinaria-n-2817-2017-obliga-os-estabelecimentos-privados-e-jos | | | | | | | | | | | | | | | | | Download: Aneso - Lei n° 2817/2017 - Sao Jose dos Pinhais-PR (www.deismumicipals.com.br/PR/SAO.JOSE.DOS.PNHAIS/Ab Data de Interção no Sitienno Leiskonicipals: 08/08/2017 | Ema Mario Zen Karam Secretária Municipal de Educação | Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, 19 de Maio de 2017. Amonio Bonedito Fenelon Prefeito Municipal | Lei Ordinária 2817 2017 de São José dos Pinhats PR |

Lei nº 2817: Obriga os estabelecimentos privados e públicos do município de São José dos Pinhais a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do Autismo.



| 26/03/2018 | Lei Ordinária 6101 2016 de Rio de Janeiro RJ |
|----------------------|--|
| | www.LeisMunicipais.com.br |
| | LEI Nº 6101 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016. |
| | Obriga os estabelecimentos públicos e privados no Município a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências. |
| | Autora: Vereadora Tânia Bastos |
| 2 - | O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: |
| | Art. 1º Os estabelecimentos públicos e privados do Município ficam obrigados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, conforme Anexo. |
| | § 1º Entende-se por estabelecimentos privados: |
| | I - supermercados; |
| | II - bancos; |
| | III - farmácias; |
| | IV - bares; |
| | V - restaurantes; |
| | VI - lojas em geral; e |
| | VII - similares. § 2º Os estabelecimentos que não cumprirem a presente Lei sofrerão sanções e multas a serem |
| | regulamentadas pelo Poder Executivo. |
| | Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. |
| | EDUARDO PAES |
| | D. O RIO 21.11.2016 |
| | Download: Anexo - Lei nº 6101/2016 - Rio de Janeiro-RJ (www.leismunicipais.com.br/RJ/RIO.DE.JANEIRO/ANEXO-LEI-6101- |
| | |
| | |
| https://leismunicipa | ais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2016/611/6101/lei-ordinaria-n-6101-2016-obriga-os-estabelecimentos-publicos-e-privados-no-mu |

Lei nº 6101/2016: Obriga os estabelecimentos públicos e privados do Município do Rio de Janeiro a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do Autismo.



26/03/2018

Lei que obriga inclusão do símbolo de autismo em placas de prioridade é sancionada em Rio Branco | Acre | G1

Lei que obriga inclusão do símbolo de autismo em placas de prioridade é sancionada em Rio Branco

Os estabelecimentos privados que não cumprirem a presente Lei sofrerão sanções e multas. Proposta foi apresentada em abril.



Por G1 AC, Rio Branco

17/05/2017 11h10 · Atualizado 17/05/2017 11h10

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



O prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, sancionou a lei de inclusão do símbolo referente ao autismo nas placas de atendimento prioritário dos estabelecimentos e serviços de Rio Branco. A lei foi publicada no Diário Oficial desta quartafeira (17) e é estendida a órgãos públicos e privados.

A lei prevê que "os estabelecimentos privados em geral ficam obrigados a dar atendimento prioritário às pessoas portadoras do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), não podendo reter em filas tais cidadãos", destaca o decreto.

Os estabelecimentos públicos e privados que descumprirem a determinação devem sofrer multas e sanções, de acordo com a nova lei. O autor do projeto, que foi apresentado na Câmara no último dia 26, Emerson Jarude, explicou que os autistas já possuíam direito ao atendimento prioritário e alegou que a inserção do símbolo na placa é uma forma de conscientização.

"O que pleiteamos é somente a inserção do símbolo, porque muitas vezes nos bancos ou supermercados os atendentes não sabem. É uma forma de conscientizar a população sobre a necessidade. Isso facilita e dá agilidade para que sejam logo atendidos", explicou ao G1 na época.

A lei pontua ainda as características das pessoas com autismo: "deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento", destaca.

A lei entra em vigor a partir desta quarta-feira (17), data em que foi publicada.

RIO BRANCO

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/lei-que-obriga-inclusao-do-simbolo-de-autismo-em-placas-de-prioridade-e-sancionada-em-rio-branco.ghtml

Reportagem do portal G1 sobre a Lei sancionada no município de Rio Branco.





do-site/) RSS (http://www.sjp.pr.gov.br/feed/) Secretarias (http://www

(http://www.sjp.pr.gov.br)

Pesquisa Prefeitura de São José dos Pinhais

(http://www.sjp.pr.gov.br) > Notícias (http://www.sjp.pr.gov.br/noticias/) > Notícias (http://www.sjp.pr.gov.br/category/noticias/) > Secretaria de Saúde passa a prestar atenção especializada a autistas (http://www.sjp.pr.gov.br/secretaria-de-saude-passa-prestar-atencao-especializada-autistas/)

Secretaria de Saúde passa a prestar atenção especializada a autistas (http://www.sjp.pr.gov.br/secretaria-de-saudepassa-prestar-atencao-especializada-autistas/)

Publicado em 19 de outubro de 2017 às 16:21



(https://i2.wp.com/www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/autistas_projeto_foto_sems_1.jpg?fit=1024%2C576)

O secretário de Saúde, Giovani de Souza (centro); a chefe de Atenção Especializada, Ivete Villar e a diretora da Atenção Primária em Saúde, Débora Chemin (esqu.), juntamente com o grupo de pais de familiares autistas e o vereador Silvio Santo (Foto: Divulgação/Sems)

Na tarde desta quarta-feira (18), o secretário de Saúde de São José dos Pinhais, Giovani de Souza, apresentou o material de divulgação e identificação de atendimento prioritário a pacientes com Transtorno de Espectro Autista (TEA). A proposta é de identificar à sociedade os pacientes autistas para serem preservados os seus direitos e, ao mesmo tempo, pretende proporcionar informações do número de pacientes com TEA no Município.

"Os autistas, de uma maneira geral, têm dificuldade no tempo de espera, de enfrentar fila e outros tipos de situação. Assim, a gente precisava de uma forma que essas pessoas fossem identificadas e, felizmente, tivemos esse apoio da secretaria de Saúde", disse Antônia Cia, administradora de empresa e ativista do movimento autista de São José dos

De acordo com o secretário de Saúde, "já fizemos duas reuniões com os familiares de autistas no Município vendo para eles a possibilidade do encaminhamento ao neurologista e psiquiatra, bem como o atendimento priorizado nas unidades de Saúde. A pedido dos familiares, nós criamos uma carteirinha e um crachá, assim como uma identidade também nas UBS para ter o atendimento prioritário a eles", destaca Giovani.

A Lei Municipal nº 2.817, de 19 de março de 2017, de autoria do vereador Silvio Santo, obriga os estabelecimentos privados e públicos do Município de São José dos Pinhais a inserirem nas placas de atendimento prioritário o Símbolo Mundial do Autismo, inserindo eles no atendimento preferencial.

Secretaria de Saúde de São José dos Pinhais divulga o material para identificação de atendimento prioritário para Autistas.



26/03/2018

Prefeitura entrega cartões de identificação de pessoas autistas || PREFEITŪRA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ | DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

IMPRENSA

maringa.pr.gov.br | imprensa@maringa.pr.gov.br | 44 3221-1451

Data da Notícia: 06/09/2017

Diretoria de Comunicação

Prefeitura entrega cartões de identificação de pessoas autistas

A Prefeitura de Maringá, por meio das secretarias de Saúde e Educação, entregou nesta quarta, 6, a primeira triagem dos Cartões de Identificação de Deficientes. Foram entregues 85 cartões para o grupo de mães de crianças autistas. O prefeito Ulisses Maia, fez a entrega simbólica na sala de reuniões do Gabinete, juntamente com o vice-prefeito, Edson Scabora, o secretário de Saúde, Jair Biatto, a secretária de Educação, Valkíria Trindade e vereadores.

Para obter o cartão, pais e/ou responsáveis, devem comparecer na gerência de Promoção e Prevenção da Secretaria de Saúde e realizar a consulta de cadastro dos filhos. A secretaria fica localizada na avenida Prudente de Morais, 885, zona 7. O telefone para contato é o 44-3218-3196.

"Hoje o grupo de vocês é contemplado com o benefício, garantindo aos seus filhos o acesso permanente em locais ou eventos, sem precisar renovar de seis em seis meses laudos que comprovam a deficiência. A administração continuará a disposição das necessidades das pessoas com deficiência, principalmente, nas áreas da saúde e educação", disse o prefeito, Ulisses Maia.

"É gratificante participar de mais uma realização da gestão, especialmente com o público deficiente da rede de educação. Recentemente foram contratados professores para maior atenção pedagógica com as crianças", disse a secretaria de Educação, Valkíria Trindade.

Representando todas as mães de crianças e jovens autistas, Shana Cunha agradeceu o serviço e atenção da gestão. "Agradeço o empenho e a colaboração de todos pelo compromisso com a lei e pedido atendido. Tive a oportunidade de acompanhar o processo de elaboração dos cartões e continuaremos na luta para os direitos dos nossos filhos", ressaltou.

http://www2.maringa.pr.gov.br/site/imprensa/impressao.php?id=31710

26/03/2018

Prefeitura entrega cartões de identificação de pessoas autistas || PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Serviço

Os cartões representam a identificação permanente e específica para crianças, jovens e adultos autistas matriculados na rede municipal e particular de educação. Eles dão direito a benefícios como transporte público, acesso a espetáculos culturais, além de facilitar o atendimento na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na Rede Municipal de Educação estão matriculados 633 alunos com deficiência física, sendo 165 autistas. Atualmente, o município dispõe de 179 professores de apoio nas unidades de educação infantil e de ensino fundamental.

Prefeitura de Maringá entrega cartões de identificação para Autistas.



| [an. st.] Os critérios e procedimentos para a identificação prescoe das pessoas com TEA, a sua inclusão no cadastro de que trata esta Loi, assim como as entidades responsáveis pelo seu cadastramento e os mecanismos de acesso aos dados do cadastro serão definidos em regulamento. | Ant.47 A pessoa cadastrada poderá receber, a pedido, uma carteira de identificação, com prazo de validade indeterminado, para que possa usufruir dos direitos da pessoa com deficiência previsto na Constituição Federal e na Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. | Ant.3º O registro da pessoa com TEA no cadastro de que trata esta lei, será feito mediante a apresentação do laudo de avaliação realizado por um especialista ou equipe multidisciplinar composta, preferencialmente, por neurologista, psicólogo, psiquiatra, fonoaudiólogo e assistente social. | II - padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderéncia a rotinas e padrões de comportamento ritualizados, interesses restritos e fixos. | I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação verbal e não verbal usada para intenação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; | Art. 2º) Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa com Transtorno de Espectro do Autismo aquela portadora de sindrome clínica caracterizada nos termos do disposto nos incisos I e II, do § 1º, do artigo 1º, da Lei federal nº 12.764, de 27 de dexembro de 2012, conforme segue: | [Art.11] Fica instituído o Cadastro da Pessoa com TEA - Transtormo de Espectro do Aurismo - com o objetivo de se obter o diagnóstico e o registro dos casos existentes no Município de Goiânia, essencial para a formulação e execução das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento das pessoas com TEA, visando à melhoria do seu atendimento, especialmente nas áreas da educação e saúde. | A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, Estado de Goiás, aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei: | Transtorno de Espectro do Autismo, e dá outras providências. | Dispõe sobre a instituição de Cadastro e Carteira de Identificação da Pessoas com TEA | LEI № 10.118, DE 10 DE JANEIRO DE 2018 | www.lesis/funicipais.com.br | |
|--|--|---|--|---|--|--|---|--|--|--|---|--|
| | | | | | | | Data de Inserção no Sistema LatisMunicipais: 18/01/2018 | Este texto não substitui o publicado no DOM 6729 de 10/01/2018. | Projeto de Lei de autoria da Vereadora Sabrina Garcez | GABINETE DO PREFEITO DE GOJÁNIA, aos 10 días do mês de janeiro de 2018. IRIS REZENDE Prefeito de Gojánia | Ant. 8° Q Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação. Ant. 1° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. | |

Lei nº 10118: Dispõe sobre a instituição de Cadastro e Carteira de Identificação de Pessoa com TEA, no município de Goiânia.



direitos garantidos. Familias de autistas relatam que, sem a documentação, é difícil comprovar a condição e receber o atendimento adequado Carteira para identificar autistas deve começar a ser expedida até o fim do primeiro semestre em Goiás relata que o transtomo não é facilmente identificado por pessoas leigas, por isso a necessidade do documento. Segundo ela, è comum que restaurantes, shoppings e cinemas, por exemplo, não os reconheçam como portadores da condição e dificilmente estão preparados para facilitar o atendimento a eles. "Alguns direitos básicos deles são difíceis de conseguir porque o transtorno não é visível. Entre as coisas que afetam eles Por Vanessa Martins, G1 G0 01/02/2018 09124 Avualizado 01/02/2018 09124 ragia la interca basica, sue es sau clinica si con regian porque o tratadiori o inserio dei sone con esta que recentra estas muito basica, sur forma movimento, miuta gentre e longo tempo de espera. Se procisiam enfrentar tudo isso, eles acabam se desorganizando (ficando agitados repentinamente) e as pessoas não entendem, acham que é "birra" e que não podem ficar em filas preferenciais, por exemplo", disse em entrevista ao G1. O adolescente Giovanni Giovanutti Faleiro de Freitas Nascimento, de 17 anos, comentou que tem vontade de ter uma carteira que o identifique como autista. Ele considera importante que as pessoas entendam o transtorno para que ele "Eu acho que vai ser muito bom, porque aí eu vou poder explicar mais facilmente às pessoas porque eu falo assim, gesticulo com as mãos. As pess vão entender melhor e eu vou conseguir conversar melhor com elas", comentou. O decreto que determina a produção da carteirinha foi publicado no dia 18 de dezembro e determina que ela seja distribuída gratuitamente aos autistas. O documento será emitido pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras essoais do autista e pais e/ou responsáveis, além de comprovante de endereço. A carteira será válida por cinco anos. imeiro semestre de 2018. Segundo o órgão, o documento deve assegurar que os portadores do tra Carteira para identificar autistas deve começar a ser expedida até o fim do primeiro semestre em Goiás | Goiás | G1 Gerente de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Willian Veloso afirmou que a carteira vai começar a ser feita no final do primeiro semestre de 2018. Ele destacou que o órgão está elaborando licitações para definir os fornecedores do material dos documentos e os criadores do banco de dados que será formado com as informações fornecidas. Segundo Veloso, o cadastramento das pessoas autistas vai permitir ainda que o estado saiba a dimensão desse público "Teremos dados concretos sobre os autistas em Goiás e poderemos elaborar mais políticas públicas relacionadas a eles. A carteira já era uma demanda dos pais de autistas e autistas há muito tempo e será a primeira no Brasil. Acreditamos que ela vai facilitar muito na hora de cobrarem os direitos", afirmou. A Karina Pereira é presidente da Associação Espaço Vida Goiânia e mãe do Davi Pereira, de 17 anos, que é autista. Ela conta já o presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Defidência (CDPCD) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goids (DAB-GO), Hebert Alves Batista, afirmou que órgão também havia recebido demandas por parte da comunidade autista pedindo apolo para conseguir a aprovação da carteira. Segundo ele, a entidade articulou com o governo até Tá passei por situações como entrar em uma fila para pessoas com necessidades especiais e me questionarem se eu estava na fila errada. Em um zoológico, quando fui comprar ingressos, a moça percebeu que o Davi estava agitado e me perguntou se ele era especial e se eu tinha alguma carteirinha. Expliquei que ele era autista, mas não tinha carteira para conseguir o decreto, mas continua atuando na causa. comprovar", detalhou. "Essa era uma demanda recorrente. Agimos junto com outras entidades que defendem os direitos das pessoas autistas e vamos continuar cobrando para garantir que a carteira realr dita que seja necessária uma mudança na cultura, para que as pessoas entendam e res "Quando ele foi tirar o passaporte pela primeira vez, por exemplo, o atendente não teve paciência de esperar ele fazer a sinatura dele, ele se desorganizou e colocaram logo o carimbo de não alfabetizado, sem tentar entender que ele é autista e precisa de um tempo", lembrou.

Reportagem do Portal G1 sobre a expedição da Carteira de Identificação para Autistas em Goiás.

Tatuado com 'ladrão e vacilão' na testa é preso por furtar desodorantes



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ANO XX

Nº 3322

Publicação Diária

Sexta-feira, 11 de agosto de 2017

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS

LEI

MUNIC LONDING TO THE CONTROL OF THE

Digitally signed by MUNICIPIO DE LONDRINA:75771477000 170 DN: c=BR, st=PR, I=LONDRINA, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil Ou=FRE B, ou=ARCORREIOS, Ou=FRE B, CUPJA TI, cn=MUNICIPIO DE LONDRINA:75771477000 170

170 Date: 2017.08.11 17:02:53

LEI Nº 12.541, DE 31 DE JULHO DE 2017

SÚMULA: Dispõe sobre o atendimento preferencial de pessoas com Transtorno Espectro Autista em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE

LE

- Art. 1º Todos os estabelecimentos públicos e privados, empresariais, comerciais, industriais, fabris, de serviço e similares, como hotéis, cinemas, supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes, casa de espetáculos, teatros, clubes, centros comerciais, shopping centers, dentre outros, no Município de Londrina, darão atendimento preferencial e prioritário a pessoas com Transtorno Espectro Autista.
- § 1º A preferência e a prioridade estabelecidas no caput deste artigo compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação do serviço, inclusive em estabelecimentos que vendam alimentos e bebidas.
- § 2º Fica permitida a utilização das vagas preferenciais em estabelecimentos públicos e privados à pessoa com Transtorno Espectro Autista, bem como ao seu responsável, desde que em sua companhia, sem prejuízo da adequada identificação.
- Art. 2º Os estabelecimentos comerciais, de serviço e similares deverão manter em local visível, placas de atendimento prioritário com o símbolo mundial do Transtorno Espectro Autista com os seguintes dizeres:
- "Lei Municipal nº ... mulheres gestantes, lactantes, mães com crianças de colo, idosos e pessoas com Transtorno espectro Autista têm atendimento Preferencial".

Art. 3º O não cumprimento dos dispositivos desta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades, nesta ordem:

- I advertência
- II suspensão das atividades por 30 dias; e
- III cassação de Alvará de Funcionamento.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Londrina, 31 de julho de 2017. Marcelo Belinati Martins - Prefeito do Município, Janderson Marcelo Canhada - Secretário de Governo

Ref

Projeto de Lei nº 65/2017

Autoria: Jairo Tamura

Apoio: Roberto Fú Lourenço, Mario Hitoshi Neto Takahashi, Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro, Ederson Junior Santos Rosa, Felipe Berger Prochet, Daniele Ziober Sborgi Melo, Ailton da Silva Nantes, Estevão Gonçalves Lopes, João Martins De Souza, Gerson Moraes De Araújo, Péricles José Menezes Deliberador, Eduardo Tominaga e Emerson Miguel Petriv

Aprovado na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 e 2.

DECRETO

DECRETO Nº 857 DE 14 DE JULHO DE 2017

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

Lei nº 12541/2017: Dispõe sobre o atendimento preferencial aos Autistas no Município de Londrina.

Rua Irmã Elizabeth Werka,55 – Jardim Petrópolis – CEP 83704-580 – Araucária-PR- Fone/Fax: (41) 3641-5200



Cartão Municipal de Identificação Para Pessoas Com o Transtorno do Espectro Autista (TEA)





1) O que é o cartão TEA? Quem tem o direito de usar?

É uma autorização especial para a pessoa portadora do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Deve-se permitir o acesso prioritário a todos os estabelecimentos públicos e privados, empresariais, comerciais, industriais, fabris, de serviço e similares, como hotéis, cinemas, supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes, casa de espetáculos, teatros, clubes, centros comerciais, shopping centers, dentre outros, no Município de Londrina, darão atendimento preferencial e prioritário a pessoas com Transtorno Espectro Autista.

2) Como conseguir a carteirinha?

O paciente, portador do TEA, deve imprimir o Formulário em anexo, preencher todos os campos e levar ao Serviço de Apoio Social na Secretaria Municipal de Saúde, das 07h30 às 16horas, na Avenida Theodoro Victorelli, 103.

É necessário levar os documentos pessoais junto com o Atestado Médico da criança autista e os documentos pessoais do cuidador ou, se o paciente for adulto, somente os documentos pessoais do adulto. O Formulário encontra-se no link abaixo.

Clique aqui para imprimir o Formulário

Após o cadastro no Serviço de Apoio Social, há um prazo de 30 dias úteis para a confecção da carteirinha. A Secretaria Municipal de Saúde entrará em contato para a retirada do documento.

3) Para emissão de 2º Via do Cartão nos casos de perda, roubo ou furto e extravio.

- É necessária a apresentação da cópia do Boletim de Ocorrência onde deverá constar o nome completo do titular do cartão e o ocorrido com o Cartão TEA (perda, roubo ou furto).
- É necessária a apresentação da cópia do CPF e do RG do beneficiário.

4) Qual a validade do cartão TEA para o acesso prioritário a todos os estabelecimentos e serviços público e privado?

A validade do cartão TEA é de cinco anos.

Após esse período, o paciente deve renovar o cartão no Serviço de Apoio da Secretaria Municipal de Saúde.

5) Qual a Legislação que regulamenta a emissão do Cartão TEA para o acesso aos serviços públicos e privados?

A emissão para o Cartão TEA para o acesso prioritário aos serviços públicos e privados, está regulamentado pela Lei Federal nº12.764/2012 e Lei Municipal 12.541/2017.

6) Em casos de dúvidas e esclarecimentos/orientação?

Entrar em contato com a Diretoria de Serviços Complementares em Saúde (DSCS).

Telefone: (43) 3372-9845/ (43) 3372-9846

Email: dscs.ams@gmail.com

7) Quais as regras de utilização do Cartão TEA para o acesso prioritário em locais e serviços públicos e privados?

- · O portador do Transtorno Espectro Autista (TEA) deve residir no território de Londrina.
- · Deverá ser renovado a cada cinco anos.
- Apenas o original deve ser renovado a cada cinco anos.
- · Só pode ser utilizado pelo titular.
- · Por questão de segurança, o nome do titular fica na parte de trás do cartão
- O titular poderá utilizar o Cartão TEA em qualquer lugar de Londrina;
- Em caso de perda, roubo ou furto do Cartão, é necessária a apresentação da cópia do Boletim de Ocorrência onde deverá constar o ocorrido com o cartão.

Reportagem sobre o direito de utilização do cartão municipal de identificação para pessoas com o TEA no município de Londrina.



26/03/2018 comprovante de endereço, em originais e fotocópias de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico com a CID 10 F84, de seus documentos pessoais, (CIA) dos portadores do (TEA) no Estado de Goiás; I – expedir a Carteira de Identificação do Autista (CIA), a ser emitida por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs), devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201710319004791, bem como dos de seus pais ou responsáveis legais (Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade e CPF) e apresentação do respectivo boletim de ocorrência policial. pessoa com identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado de Goiás. deficiência para todos os efeitos, com direito à assistência social. Art. 5° A Carteira de Identidade do Autista (CIA) será expedida sem qualquer custo, por meic Parágrafo único. Em caso de perda ou extravio da CIA, será emitida segunda via mediante Art. 4º A Carteira de Identificação do Autista (CIA) terá validade de 5 (cinco) anos, devendo VI – expedir atos necessários à execução deste Decreto. IV – disponibilizar para efeito de estatística o número atualizado de carteiras emitidas por III – adequar sua plataforma de serviços à expedição da Carteira de Identificação do Autista V – realizar procedimentos inerentes à execução orçamentária e financeira da Carteira de Art. 1º Este Decreto institui a Carteira de Identificação do Autista (CIA), destinada a conferi Art. 3º Para fins deste Decreto, o órgão estadual de desenvolvimento social é competente Art, 2º A pessoa portadora de Transtorno do Espectro Autista (TEA) é legalmente considerada administrar a política da Carteira de Identificação do Autista (CIA); DECRETO Nº 9.107, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 Institui a Carteira de Identificação do âmbito do Estado de Goiás. atribuições constitucionais (CIA), Voltar Art. 6º Verificada a regularidade da documentação recebida, cadastrada e devidamente autuada, o órgão estadual responsável pela expedição da Carteira de Identidade do Autista (OIA) determinará deverá ser apresentado título declaratório de nacionalidade brasileira ou passaporte. 129º da República firmado por médico especialista em Neurologia ou Psiquiatria. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 18 de dezembro Art. 7°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. § 1º No caso de pessoa estrangeira autista, naturalizada ou domiciliada no Estado de Goiás Este texto não substitui o publicado no D.O. de 19-12-2017. MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR atestando o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista deverá ser (D.O. de 19-12-2017) 1

Decreto nº 9107/2017: Institui a Carteira de Identificação do Autista no Estado de Goiás.





Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO Nº 005.00382.2017

O Vereador **Felipe Braga Côrtes** infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária

EMENTA

Instituti a Carteira de Identificação do Autista (CIA).

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Curitiba, a Carteira de Identificação do Autista (CIA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 2º A pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro de Autista (TEA) é legalmente considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos, com direito à assistência social.

Art. 3º A Carteira de Identificação do Autista (CIA) será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico com a CID 10 F84, bem como de demais documentos exigidos pelo competente órgão municipal.

Parágrafo único. A Carteira de Identificação do Autista (CIA) terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revalidada com o mesmo número.

Art. 4º Verificada a regularidade da documentação recebida, o competente órgão municipal pela expedição da Carteira de Identificação do Autista (CIA) determinará sua emissão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor em 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Palácio Rio Branco, 21 de dezembro de 2017

Projeto de iniciativa de vereador, em trâmite na Câmara Municipal de Curitiba, que institui a Carteira de Identificação do Autista.







Modelo de Cartão de Identificação (Frente e verso)



Câmara Municipal de Araucária 27de março de 2018.

Francisco Carlos Cabrini VEREADOR Lucineia de Jesus Ferreira de Lima VEREADORA